



DEBATES E INTERVENÇÕES

Associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho

FABIANE POPINIGIS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

fpopinigis@gmail.com

ROBÉRIO SOUZA

Universidade do Estado da Bahia

roberiossouza@gmail.com

RENATA MORAES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

renatafm2003@yahoo.com.br

CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA

Universidade Estadual de Campinas

batalha@unicamp.br

LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

leonardo@puc-rio.br

FERNANDA OLIVEIRA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

feolisilva@gmail.com

LÚCIA HELENA OLIVEIRA SILVA

Universidade Estadual Paulista – Assis

lho.silva@unesp.br

IACY MAIA MATA

Universidade Federal da Bahia

iacymaia@yahoo.com.br



Apresentação

Fabiane Popinigis,¹ Robério Souza² e Renata Moraes³

Não podemos iniciar este texto sem deixar de mencionar o terrível momento de pandemia de Covid-19 que vivemos e de crise sanitária agravada pela instabilidade política, quando grupos insistem em negar as soluções apontadas pela ciência. No entanto, nos parece que é justamente nesse contexto de negação da ciência, em que o conhecimento histórico, especificamente, está sob forte ataque de negacionistas e revisionistas, que nossa atuação se faz ainda mais importante.

Em 2021, a Associação Nacional de História (ANPUH) completa 60 anos de existência celebrando a aprovação recente da lei que deverá regulamentar a profissão de historiador, e o GT Mundos do Trabalho comemora 20 anos de atuação em âmbito nacional, desde a aceitação – em dezembro de 2000 – da proposta de institucionalização encaminhada à diretoria da ANPUH pelos núcleos regionais do GT do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O grupo é formado por historiadores e historiadoras interessados em pesquisar e divulgar a produção sobre a história do trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive com a criação de seções estaduais. Finalmente, realizamos também o acalentado sonho de fundar, no âmbito do GT, a Associação Nacional de História do Trabalho, que tem como objetivo agregar um número ilimitado de membros interessados em história do trabalho, viabilizar e gerir publicações e eventos, fomentar parcerias e redes de cooperação entre pesquisadores e aprofundar o diálogo internacional.

Nesse sentido é muito bem-vindo o convite para a publicação deste dossiê na *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores* da *Rede Latino-americana e Caribenha de Trabalho e Trabalhadores* (REDLATT), ajudando a divulgar assim a produção de história social do trabalho mais recente e atualizada na forma de debates. Este dossiê compreende duas mesas redondas apresentadas de forma remota no VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho/X Jornada Nacional de História do Trabalho, realizado bianualmente pelo grupo. O evento, que seria realizado presencialmente nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em julho de 2020, já contava com 200 inscritos para comunicações individuais quando teve início a

¹ Coordenadora nacional do GT Mundos do Trabalho.

² Vice-coordenador nacional do GT Mundos do Trabalho.

³ Coordenadora Regional (seção Rio de Janeiro) do GT Mundos do Trabalho.



pandemia. Por decisão da comissão organizadora o evento presencial foi cancelado devido à gravidade da situação social e sanitária. Foi, a partir daí, realizado virtualmente, na forma de webinários. Ressaltamos aqui a importância dos financiamentos públicos de pesquisas científicas: o evento teve financiamento das agências de pesquisa CAPES e FAPERJ, as quais agradecemos publicamente, pois este apoio foi fundamental para a sua realização, produção e divulgação.

O conjunto de textos que se apresenta tem origem em duas mesas, a saber: “Associativismos e mundos do trabalho” e “Experiências negras e lutas por direitos nos Mundos do Trabalho”.⁴

A discussão sobre o associativismo, já clássica na história do trabalho, tem suas particularidades na historiografia brasileira. Um marco nos estudos sobre associativismo foi a publicação, em 1999, do dossiê “Sociedades operárias e mutualismo”, na revista *Cadernos AEL*.⁵ O então editor da revista e organizador do dossiê, Claudio Batalha, apontava para o florescer de novos estudos sobre a organização operária que iam além da dicotomia “mutualismo v. sindicalismo”. Ou seja, tanto os artigos do dossiê, calcados em pesquisa empírica, quanto o texto de apresentação criticavam a perspectiva que considerava o mutualismo como uma espécie de pré-história da classe, que compreendia as associações de socorros mútuos sob o viés do “assistencialismo” em oposição às organizações de “resistência” (os sindicatos). Assim, estas últimas seriam mais combativas e sinalizariam o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores.

Os artigos do dossiê demonstravam a complexidade e a diversidade de categorias de trabalhadores e suas formas de associação, destacando os seguintes pontos: que sua existência não se restringia ao século XX, mas remontava ao século XIX; que a ação coletiva não dependia de determinado grau de industrialização e, finalmente, que a escravidão não era empecilho

⁴ Todas as mesas redondas podem ser assistidas integralmente no canal do YouTube do GT Mundos do Trabalho

⁵ *Cadernos AEL* é uma revista acadêmica editada pelo Arquivo Edgar Leuenroth, o maior arquivo especializado em história do trabalho na América Latina, localizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Começou a funcionar em plena ditadura, em 1974, com a chegada da coleção de documentos impressos do militante anarquista Edgar Leuenroth, tendo depois agregado vários outros arquivos ao seu acervo. Ver Walnice Nogueira Galvão “Resgate de arquivos: o caso Edgar Leuenroth”, artigo disponível no site do AEL: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/historico>. Ver também Paulo Fontes e F. Macedo, “Entrevista com Michael Hall”, *Estudos Históricos*, 29 (2016): 583-586.

para sua organização. Além de tudo, mutualismo e sindicalismo conviviam, e o segundo não se caracterizava como uma evolução do primeiro. Batalha atribuiu esse salto analítico às pesquisas empíricas, o que teria levado também à expansão da conceitualização da classe trabalhadora (embora com ressalvas) e sua periodização, em diálogo explícito com as críticas de Silvia Lara, que, em artigo de 1998, reivindicava a atenção dos historiadores para as experiências e lutas dos trabalhadores escravizados como parte essencial da história do trabalho.⁶

Outro marco para esse debate é o livro *Organizar e proteger*. Os artigos que compõem a coletânea revelam o enorme avanço das pesquisas empíricas sobre a diversidade das práticas da cultura associativa e de sociedades de ajuda mútua em várias regiões do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Sobretudo, trouxeram um mosaico de pesquisas que demonstraram a complexidade de organizações como irmandades, corporações de ofício, sociedades de auxílio mútuo e sindicatos, das quais participavam trabalhadores escravizados, livres e libertos. Como ressaltam os organizadores da obra, essas associações em alguns períodos coexistiam e, sobretudo, não eram necessariamente sucedidas umas pelas outras. De formas variadas, elas agregavam trabalhadores em torno da proteção e preservação de seus interesses e suas estratégias de sobrevivência.⁷

Nesse diálogo houve, ao longo de mais de 20 anos, uma proliferação de pesquisas que identificaram no associativismo formas de sociabilidade religiosa, festiva, esportiva, sindical e política, suscitando assim novas questões, como o peso da educação e das relações de gênero. Essas perspectivas têm mobilizado historiadores interessados em entender os trabalhadores, livres e escravizados, e suas formas de sociabilidade e construção de identidade. Percebe-se, no debate que aqui se apresenta, a riqueza e a proficuidade desse movimento, sendo os três textos dessa parte do dossiê uma síntese dos estudos sobre o associativismo no Brasil.

A apresentação de Claudio Batalha nos traz um balanço dos estudos sobre o associativismo dos trabalhadores desde os seus primórdios, ressaltando as pesquisas que mais recentemente contribuíram para a expansão da compreensão desse processo, tanto sobre a organização dos trabalhadores

⁶ Silvia H. Lara, "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil", *Projeto História*, 16 (1998).

⁷ Marcelo Mac Cord e Claudio H. M. Batalha (org.), *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)* (Campinas: Editora da Unicamp, 2014), 280.

fora do núcleo São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, como em termos de agregar a dimensão da cor e das relações raciais a esse campo de estudos. Nesse sentido, Batalha retoma e expande uma de suas observações inovadoras de fins dos anos 1990,⁸ a saber: por um lado, a historiografia buscava encontrar e compreender as experiências de trabalhadores não militantes e não envolvidos com o movimento operário organizado que em geral passavam anônimos, por outro, não se poderia deixar de considerar aspectos da institucionalidade e da militância na experiência de classe nos mundos do trabalho.

Em diálogo com essa linha de reflexão, Leonardo Pereira, em sua apresentação, fruto de pesquisa que resultou em livro lançado em 2020,⁹ argumenta que os trabalhadores nacionais que compartilharam as experiências de escravidão e liberdade tinham formas de ação e organização que passavam pela negociação e por estratégias que consideravam o paternalismo como um campo de disputas na luta por direitos. Pereira mostra que, partindo de práticas associativas que estavam mais relacionadas à vivência comunitária cotidiana dos trabalhadores nos locais de moradia e ao tempo livre, como as sociedades dançantes, esses laços de solidariedade que se criavam e fortaleciam durante o período da Primeira República (1889-1930), ou no imediato pós-abolição (a partir de 1888), serviam também para articulações mais amplas com os símbolos operários. Em diversos momentos os membros dessas associações recreativas utilizavam suas redes e espaços para organizar apoio a reivindicações, greves e inclusive mobilizar apoio a determinados políticos durante os pleitos eleitorais.

Fernanda Oliveira aprofunda ainda mais essa questão ao focar o associativismo negro dos trabalhadores no pós-abolição, no sul do Brasil e no Uruguai, na primeira metade do século XX. Ressaltando, como Batalha, a importância do trabalho pioneiro de Beatriz Loner para a experiência de classe dos trabalhadores negros no sul do Brasil,¹⁰ a pesquisa de Oliveira estabelece uma interlocução produtiva com as sugestões de Pereira. Em sua apresentação, ela mostra como alguns personagens transitavam entre esses espaços de lazer e sociabilidade e o engajamento político, extrapolando as

⁸ Claudio Batalha, “Vida associativa: por uma nova abordagem institucional nos estudos do movimento operário”, *Anos 90*, 8 (1997).

⁹ Leonardo Affonso de Miranda Pereira, *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)* (Campinas: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020).

¹⁰ Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*, 2ª edição (Pelotas: Editora da UFPel, 2016).

fronteiras nacionais, e, sobretudo, protagonizando organizações e ações de política institucional. Oliveira vai além ao iluminar o papel das mulheres nessas organizações, insistindo em encontrá-las a partir de leituras a contrapelo das fontes, analisando documentos literários, mas também as tradicionais atas de fundação e estatuto. Oliveira constata, em sua pesquisa, que, afora homens trabalhadores – não trabalhadores de fábrica, mas jornaleiros – mulheres negras frequentavam e faziam parte dessas associações. Eram, na sua maioria, empregadas domésticas, cujas filhas teriam acesso à educação e muitas delas seriam formadas professoras na década de 1950. Sendo assim a autora destaca as experiências de associativismo de trabalhadores e trabalhadoras, no Brasil e no Uruguai, como dimensões fundamentais de seu processo de constituição como classe social, permeado por relações raciais e de gênero.

Nesse sentido, o texto de Lúcia Silva nos traz o protagonismo de uma trabalhadora doméstica negra que, na década de 1930, fundou o primeiro sindicato de empregadas domésticas no Brasil: Laudelina de Campos Melo. Representando aqui a importância da discussão sobre a organização das trabalhadoras domésticas, que tem emergido de inúmeras pesquisas nos últimos anos,¹¹ Silva conecta a questão na média duração. Desde os tempos do pós-abolição, as disputas no mercado de trabalho se acirraram, pautadas nos marcadores sociais de raça e gênero, relegando às mulheres negras os trabalhos mais mal remunerados e regulamentados. Não por acaso essa foi a última grande categoria de trabalhadores a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos. Dessa forma, Silva busca recuperar o protagonismo dessas mulheres lutando por direitos e por reconhecimento da dignidade de trabalhadoras.

A apresentação de Iacy Maia Mata nos transporta para as experiências negras e os mundos do trabalho em Cuba e nos brinda com uma reflexão que conecta as demandas do mundo do trabalho e o protagonismo de trabalhadores negros com a agenda das lutas abolicionista, anticolonialista e antirracista, na virada do século XIX para o século XX. As experiências de precarização da liberdade e as desigualdades raciais no mundo do trabalho mobilizaram o engajamento e o protagonismo de trabalhadores negros livres e a construção de alianças e redes de solidariedades com escravizados, impulsionando suas lutas e reivindicações por cidadania, direitos e igualdade racial,

¹¹ Ver Flavia Fernandes de Souza e Maciel Silva, “Dossiê: Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas”, *Revista Mundos do Trabalho*, 10 (2018).

particularmente em três momentos destacados por Mata: a conspiração de escravizados e negros livres de 1867 na região de Santiago de Cuba; a organização e o funcionamento de clubes e espaços associativos de artesãos negros nos anos que se seguiram à Guerra de Dez Anos (1868-1878); e na mobilização em torno da organização de um partido político em Cuba no início do século XX. Sendo assim, Mata nos traz uma reflexão, em dimensão internacional e até certo ponto comparativa, sobre como as experiências comuns de precariedade e de desigualdade racial nos mundos do trabalho informaram e moldaram o protagonismo de trabalhadores negros livres e as lutas contra a escravidão em prol de igualdade racial e de direitos trabalhistas.

As pesquisas e os debates aqui apresentados mostram a vitalidade da história social do trabalho e do GT Mundos do Trabalho, que completa vinte anos de existência neste ano, reafirmando a importância dos diálogos internacionais. Desejamos uma boa leitura a todos e todes. Saúde e solidariedade.

O associativismo como tema historiográfico no Brasil

Claudio Henrique de Moraes Batalha

Vou discorrer brevemente sobre como o tema do associativismo foi tratado nos últimos anos, e como esse tratamento foi mudando ao longo do tempo. Começo com a definição inicial presente no *Dicionário de política* de Norberto Bobbio e outros no verbete “associacionismo voluntário”. Logo o primeiro parágrafo que aborda a natureza e funções da associação dirá:

As associações voluntárias consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos. O fundamento desta particular configuração de um grupo social é sempre normativo, no sentido de que se trata de uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamentos oficialmente aprovados.¹

Este trecho já comporta, em grande medida, as questões a serem enfrentadas no estudo do associativismo. Ou pelo menos aquelas que definem o que seja o associativismo. Uma das dimensões que é preciso ressaltar é que, na maior parte das vezes, nós estamos tratando de associações voluntárias. Existem também associações não tão voluntárias, ainda que muitas vezes são configuradas como se o fossem. Entretanto, vou deixar esse caso de lado. O exemplo mais óbvio, dessas últimas, são as associações fabris de empregados, mantidas pelas próprias fábricas, em que frequentemente a adesão nada tem de realmente voluntária. Caso da Associação Beneficente dos Operários da América Fabril, criada em 1919, no Rio de Janeiro. Esse caráter voluntário do associativismo da Primeira República já dava a tônica ao artigo pioneiro de 1975 de Michael Conniff.²

De modo geral, as associações praticamente não apareciam como um tema de grande discussão na historiografia. Se tomarmos a produção anterior à década de 1970 as associações apareciam naquilo que se convencionou chamar, eu inclusive o fiz em alguns momentos, de produção militante, que

¹ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino, *Dicionário de política*, 11^a ed. (Brasília: Editora UnB, 1998), s.v. “associacionismo voluntário”.

² Michael L. Conniff, “Voluntary Associations in Rio, 1870-1945: A New Approach to Urban Social Dynamics”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 17 (1975): 64-81.



era uma produção escrita por militantes políticos ou por sindicalistas, que produziram trabalhos nesse período. Esse processo de uma produção militante que precedeu uma historiografia acadêmica sobre a classe operária e seus movimentos – ainda que com diferentes cronologias – aconteceu na maior parte do mundo. Nessa produção para o caso brasileiro, eventualmente, há a menção aos diferentes sindicatos que foram fundados, bem como a essa ou aquela associação. Porém, a questão do associativismo propriamente não sofre uma maior problematização.

Para não dizer que não há nenhum exemplo que fuja dessa perspectiva, me parece que vale a pena mencionar, ainda que constitua a exceção que confirma a regra, um artigo de 1946 do jornalista e cientista social, que nessa época tinha 25 anos, Maurício Vinhas de Queiroz, intitulado “Os primórdios das lutas operárias no Brasil”. Publicado na *Revista do Povo*,³ que era uma das várias revistas culturais próximas ou no campo de influência do então Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse artigo, Vinhas trata do episódio da greve dos tipógrafos de 1858 na corte, inclusive do papel desempenhado nessa greve pela Associação Tipográfica Fluminense com certo vagar e com alguma atenção para essa questão e para o peso do associativismo nesse processo.

Porém, como já mencionado, este exemplo constitui neste assunto uma exceção. Por muito tempo o que vai prevalecer são apenas eventuais referências a esta ou àquela associação, como se o associativismo fosse algo praticamente dado, naturalizado, sem qualquer discussão maior sobre aquilo que conduz as pessoas a se associarem. Isso tem uma outra dimensão se pensarmos na produção que tem origem, sobretudo, na Sociologia e particularmente na Sociologia do Trabalho, a partir de fins dos anos 1950 e anos 1960, em que a questão da associação – na verdade reduzida ao sindicato – é colocada em termos de um modelo, cuja expressão mais acabada é o livro de 1966, de Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, em que fundamentalmente está configurada a tese de que existe um pré e um pós 1930.⁴ É que esse pré-1930 é caracterizado pela autonomia da classe trabalhadora, ao passo que o pós-1930 seria caracterizado pela heteronomia. Nessa leitura o sindicato funcionaria no sentido de um

³ Maurício Vinhas de Queiroz, “Os primórdios das lutas operárias no Brasil”, *Revista do Povo*, 2 (1946).

⁴ Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966).

grupamento voluntário no primeiro período, já no segundo momento haveria apenas o sindicalismo oficial (heterônomo).

Esse modelo binário não passa por maiores discussões, engessando a compreensão do associativismo, aqui sob a forma do sindicalismo. Além disso, não há maior preocupação de natureza empírica, a não ser no sentido de eventualmente pinçar elementos para tentar endossar a tese principal. O que existe é esse grande modelo explicativo para dar conta da história dos trabalhadores no Brasil.

Por que eu estou fazendo essa arqueologia da discussão? Porque para haver a possibilidade de se começar a pensar na questão do associativismo, numa outra ótica, foi preciso, inicialmente, começar a discutir esse modelo que vinha prevalecendo e isso começa a ocorrer de forma um pouco mais significativa nos anos 1980, através de dois movimentos que são muito próximos entre si, mas que guardam suas diferenças. De um lado a crítica dessas visões, dessas análises generalizadoras, dessas grandes sínteses. De outro lado, a busca de um embasamento empírico mais sólido, que marcaria os anos 1980, por meio de estudos cada vez mais monográficos.

A partir daí há o abandono dessa história que tenta explicar o Brasil, na sua totalidade. Ainda que normalmente o Brasil explicado a partir do caso São Paulo. Substituída por uma abordagem que começa a delimitar mais claramente os objetos, os recortes geográficos e, ao mesmo tempo, a lastrear em termos empíricos a pesquisa. Esse movimento tem prosseguimento nos anos 1990. Até o final da década de 1990 são dados passos importantes no sentido de colocar a discussão do associativismo na mesa. Vão começar a surgir os primeiros trabalhos nessa direção. E, ao mesmo tempo, nessa produção há também uma reação aos exageros da década precedente.

Uma das características da produção dos anos 1980 – que não mencionei antes – foi que ao privilegiar a escolha de determinado tipo de fonte, e/ou determinado enfoque analítico, acabou por sugerir que para estudar os trabalhadores é preciso fazê-lo fora das organizações, deixar de lado as lideranças, desconsiderar os locais de trabalho. É claro que este é um diagnóstico muito caricato, mas certamente tem fundamento. Na prática propunha que para romper com os exageros de uma historiografia anterior que tinha substituído a classe pelas organizações e o conjunto dos trabalhadores pelas lideranças, era preciso caminhar no sentido diametralmente oposto. Assim nos anos 1990, fundamentalmente a partir da segunda metade, houve um esforço em matizar esse debate, retomando dimensões que haviam sido abandonadas, ainda que por novas óticas. E,

dentro desse movimento, estão incluídas a retomada da biografia, as discussões em torno das organizações políticas e a questão da associação. Para além do simples ato de existir de uma associação e de ser visto como natural uma adesão a elas. Para colocar como problema a ser tratado o que conduz as pessoas a se associarem e de aspectos relacionados à cultura associativa.

A expressão mais clara desse movimento é a publicação de alguns trabalhos, já na passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Bons exemplos disso são o livro de Silva Petersen, *“Que a união operária seja nossa pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*, que é de 2001.⁵ E nesse mesmo ano, o livro de Beatriz Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande 1888 a 1930*,⁶ com a particularidade nesse último caso de trazer uma discussão que não tinha sido claramente explicitada até aquele momento, que é de pensar as associações para além das associações de classe. Com isso torna-se evidente que as associações de trabalhadores não se dão exclusivamente em torno da modalidade sindicato ou similar, mas se dá também sob várias outras formas, como entidades educacionais, culturais, musicais, esportivas, carnavalescas. Particularmente no caso de Pelotas, para as instituições que congregavam trabalhadores negros. E de que modo as mesmas pessoas participavam de diferentes tipos de associação sem que isso constituísse um fator de conflito em termos identitários. O que no fundo é a incorporação de uma discussão que já aparece num livro dos anos 1980, que é *Mundos do trabalho*, de Eric Hobsbawm, que serve inclusive de título ao nosso GT.⁷ Em que, particularmente no capítulo “Qual é o país dos trabalhadores?”, está colocada a ideia de que a classe trabalhadora tem múltiplas identidades, e que não necessariamente são incompatíveis, de alguma forma conseguem coexistir a maior parte do tempo. Ainda que, eventualmente, tenham conflitos, como nos momentos de guerras em que a identidade nacional suplanta a identidade classista.

E para tentar concluir, o que a discussão atual traz, que é um desdobramento dessa discussão do final dos 1990, fundamentalmente se dá em torno de três eixos. De um lado, a questão da ampliação cronológica, rompendo com a ideia

⁵ Silva Regina Ferraz Petersen, *“Que a união seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações* (Santa Maria: Editora UFSM, 2001).

⁶ Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande 1888-1930* (Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001).

⁷ Eric J. Hobsbawm, *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*, 2ª ed. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

de pensar o associativismo voluntário apenas na modalidade do sindicato e reduzido ao período pós-Proclamação da República ou pós-abolição, para englobar também o século XIX e até antes.

O segundo pela diversificação das preocupações com respeito ao associativismo. Buscando o que é que conduz as pessoas a se associarem. As dimensões de *status* eventualmente vinculadas ao pertencimento a determinada associação, ao local em que ela está instalada, aos ganhos materiais ou simbólicos decorrentes desse pertencimento. As aspirações contidas em programas e estatutos. Durante muito tempo se considerou que era inútil discutir o conteúdo dos estatutos das associações. No entanto, afóra os artigos puramente formais, burocráticos e repetidos contidos em todos os estatutos, esses documentos são uma maneira de vislumbrar as aspirações a curto, médio e longo prazo daqueles que formam determinada associação. Por fim, aquilo que venho chamando de cultura associativa, tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento cotidiano da associação, da estrutura de seus órgãos diretivos aos rituais das assembleias, sem deixar de lado suas celebrações e seus símbolos.

O terceiro e último eixo foi a considerável ampliação da noção de associativismo dos trabalhadores. O que quer dizer não pensar apenas no associativismo como um associativismo sindical, de luta por ganhos econômicos, mas ampliar essa noção para englobar o mutualismo ou as irmandades religiosas, o que vem sendo feito. E, igualmente, passando a considerar associações dançantes, musicais, carnavalescas e literárias, e todas as demais modalidades possíveis de associativismo voluntário formado por trabalhadores. Ou seja, de pensar esse mundo associativo como muito mais amplo, diversificado e plural do que aquilo que usualmente estava associado a uma ideia de História do Trabalho.

No ritmo da cidadania: associativismo recreativo e luta por direitos no Rio de Janeiro da Primeira República

Leonardo Affonso de Miranda Pereira

O associativismo dos trabalhadores é um tema que tem ganhado importância crescente entre os pesquisadores dos mundos do trabalho ao longo das últimas décadas. Trata-se, é claro, de um tema clássico dos estudos no campo, que já se voltam há tempos não apenas para as associações de caráter sindical ou militante, mas também mutual. Mais recente, no entanto, a atenção dedicada por muitos pesquisadores a clubes e sociedades de outras naturezas – como aquelas constituídas por motivos religiosos, étnicos e recreativos – ajudou a diversificar os tipos de associações analisadas pelos historiadores, levantando novas questões e problemas. É assim sobre estes tipos de associação, à primeira vista distante das motivações sindicais e políticas mais explícitas daqueles grêmios que costumam receber a atenção de boa parte da historiografia do trabalho, que pretendo voltar minha atenção.

Os motivos desta opção se ligam ao fato de que, a meu ver, esses novos estudos sobre o associativismo dos trabalhadores nos permitem superar uma divisão que tem se afirmado na historiografia brasileira desde o final do século passado: aquela que separa os estudos do movimento operário, em especial o da Primeira República, daqueles dedicados às experiências e costumes de trabalhadores negros e pardos mais distantes das articulações sindicais – em campo inicialmente associado à ideia de “cultura popular”, mas que acabou mais recentemente por se voltar para os estudos sobre o chamado “pós-abolição”, com grande ênfase na experiência dos trabalhadores afrodescendentes. Com uma matriz semelhante, estes dois campos historiográficos se aproximavam, já de início, pela influência comum da obra de E.P. Thompson, em especial do livro *A formação da classe operária inglesa*, traduzido para o português em 1987.

Autores ligados aos dois campos afirmaram assim, a partir de tal influência, o “paradigma da agência”, que tentava valorizar as escolhas e estratégias dos trabalhadores frente às disciplinas e controles às quais eram então submetidos. O faziam, porém, a partir de objetos e questões diversas, que acabaram por configurar dois campos distintos da historiografia brasileira caracterizados atualmente por dois GTs da ANPUH: o de “Mundos do Trabalho” e o de “Emancipações e pós-abolição”.



Por mais reducionista que seja a suposição de que não há reflexão sobre a questão racial nos estudos dos “mundos do trabalho”, ou mesmo que os estudos do pós-abolição ignorem as determinações sociais mais amplas, o fato é que os dois campos acabaram por se distinguir claramente – dando forma a estudos que, na prática, pouco conversam entre si, embora tratem em grande parte dos mesmos sujeitos. Configurava-se, com isso, uma marcante separação, na historiografia voltada para a Primeira República, entre os estudos sobre o movimento operário e aqueles dedicados aos costumes, crenças e experiências de trabalhadores por vezes distantes da militância sindical, em especial os negros e pardos.

Frente a esta separação prática, o que quero sugerir aqui é que a reflexão sobre associativismo, para além das questões já analisadas mais tradicionalmente pelos pesquisadores do mundo do trabalho, pode ser um caminho de superação dessa divisão. É o caso, em especial, das associações recreativas, especificamente das centenas de associações dançantes e carnavalescas formadas no Rio de Janeiro por trabalhadores negros a partir do final do século XIX.¹ Trata-se de um tipo de sociedade que começou a aparecer no Rio de Janeiro por volta da década de 1880. Com perfil moderno e cosmopolita, elas serviam como espaço de afirmação dos novos ritmos que passavam a se espalhar a partir daquele momento pelo mundo atlântico – como a polca, o fox-trot e o tango.

Para além desse perfil moderno, uma característica de boa parte desses clubes chamava a atenção dos contemporâneos: o fato de que fossem compostos por homens e mulheres negros. Era o caso da Sociedade Familiar de Dança chamada Flor do Rosario, da Cidade Nova – que teve dentre seus fundadores figuras como Manuel Bernardino da Costa, descrito nas fontes como um “preto mina”, e Manuel José Dutra, filho do barbeiro Antonio Dutra, nascido no Reino do Congo.² Este perfil se manteria, nos anos seguintes, com a incorporação de muitos outros trabalhadores que manteriam a marca original do grêmio. A Flor do Rosário se afirmava, assim, como uma sociedade recreativa de forte marca negra. Não era um acaso, por isso, que o seu

¹ Tais associações são analisadas em maior profundidade em um livro que publiquei recentemente em português, que está na base dos argumentos aqui apresentados: Leonardo Pereira, *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1932)* (Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2020).

² “Estupidez cínica”, *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1881; e *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de fevereiro de 1877.

ensaiador patrocinasse em 1884 um encontro de apoio às proposições abolicionistas de Joaquim Nabuco.³

Sem constituir uma exceção, sociedades dançantes negras como a Flor do Rosário começaram, a partir de então, a se proliferar pela cidade. Embora o objetivo primordial desses clubes fosse a dança, era sintomático que fosse em associações como estas que muitos homens e mulheres negros celebraram o 13 de maio de 1888. Foi o que fizeram os “cavalheiros e damas” da Cidade Nova, todos autodeclarados “descendentes da raça negra”, ao fundar a Sociedade Familiar de Dança chamada Prazer da Violeta como ato de “regozijo pela brilhante terminação da Independência brasileira” representada pela abolição da escravidão. No mesmo sentido, a Sociedade Dançante Familiar Brado da Abolição, formada semanas depois, escolheu como presidente honorário o abolicionista José do Patrocínio, jornalista negro que foi uma das principais lideranças do movimento abolicionista da cidade.⁴

Embora de início tais sociedades não merecessem muita atenção da imprensa, muitos dos relatos disponíveis deixavam claro, de forma preconceituosa, que eram trabalhadores os seus componentes – como os “criados de servir” que, nas queixas publicadas por muitos cronistas, deixariam suas obrigações de lado nas noites de sábado para se divertir nos “bailaricos do *maxixe*”.⁵ Era assim claro, para os contemporâneos, o entusiasmo que este tipo de clube despertava entre os trabalhadores da cidade, em especial os negros e pardos – cujo entusiasmo pela dança era ironizado pelos redatores da grande imprensa carioca.

Como resultado, os primeiros anos do século XX assistiram a uma grande proliferação deste tipo de sociedade, que caracterizava o que muitos contemporâneos definiram como uma “febre dançante”. Em especial nos bairros de maior presença negra, como a região portuária da Gamboa e da Saúde, surgiam dezenas de novos clubes ao longo daquele período – como o *Rosa Branca*, da Gamboa, um dos mais proeminentes dentre eles. Com sede na Rua da América, ela surgiu a partir da iniciativa de um grupo de trabalhadores negros do bairro, dentre os quais estava um certo foi Leopoldino da Costa Jumbeba, um funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil que chegou a presidir a sociedade em 1906. Casado com Isabel Costa

³ “S.D.F. Flor do Rosário”, *Gazeta de Notícias*, 8 de maio de 1884.

⁴ “13 de maio”, *A Noite*, 13 de maio de 1916; e “S.D.F. Anjos da Meia Noite”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1913.

⁵ Pescatore, “Água vai...”, *Novidades*, 23 de outubro de 1889; e A.G., “Notas ligeiras”, *Diário de Notícias*, 20 de março de 1891.

Jumbeba, que fazia parte da mesma diretoria, ele era genro da Tia Ciata, importante liderança da comunidade negra local, e filho de Henrique da Costa Jumbeba, que décadas antes havia ajudado a definir o modelo dançante elegante do Flor do Rosário.⁶ Era assim como fruto do desenvolvimento do associativismo dançante entre os trabalhadores ao longo das décadas anteriores que se caracterizava aquela febre dançante, que tinha nos trabalhadores e trabalhadoras negras seus protagonistas.

Embora fossem escritas e dirigidas por trabalhadores de perfil social semelhante àqueles que enchiam os salões das pequenas sociedades, as folhas produzidas pelo movimento operário, em suas diferentes tendências, expunham com frequência a má vontade de seus redatores com o sucesso do modelo de associativismo recreativo representado por tais clubes. É o que fazia em fevereiro de 1913, quando esses grêmios se preparavam para celebrar o carnaval, um certo Tristão. Pelas páginas do periódico anarquista *A Voz do Trabalhador*, editado pela Confederação Operária Brasileira, ele escrevia seu “Bilhete a um devoto de Momo”, voltando-se para aqueles que compunham as pequenas associações carnavalescas e dançantes do período:

O teu club não me tenta. Por mais que doures a pílula, ela continua a ser... pílula, e nada mais. E tu sabes que meu organismo está são...

(...) Tu és um homem honesto. Um produtor. Um explorado.... Esfalfas-te num trabalho extenuante... num trabalho mal retribuído... O teu salário é um salário mesquinho, que está muito aquém do verdadeiro valor do que produzes. É um roubo que te fazem. E quem te rouba é o teu patrão.

(...) Ora, sendo assim, como queres tu que eu, que tenho consciência de ser roubado, e portanto não tenho motivos de achar a vida um regalo, vá para um club carnavalesco dar à perna e ao resto?

(...) Os três dias consagrados a Momo são como a válvula de segurança... E a burguesia, que percebe isso, protege e insufla o carnaval. Desde os tempos de Roma o povo é distraído com panen et circens...⁷

Atento à rápida disseminação daquele modelo de associativismo recreativo entre os trabalhadores da cidade, Tristão fazia de seu artigo uma forma de se opor ao fenômeno. De seu ponto de vista, a alegria festiva dessas associações era incompatível com a realidade de privações e sofrimentos que caracterizaria a vida de um operário. Tratava assim de explicar os motivos que para ele estavam na base do sucesso então alcançado por aquele modelo de associativismo recreativo, que tinha nos dias de carnaval o seu auge: a

⁶ “Club Carnavalesco Rosa Branca”, *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1906.

⁷ *A Voz do Trabalhador*, 1 de fevereiro de 1913.

tentativa de alienação do trabalhador, que o afastaria de seus verdadeiros interesses. Ao falar para os trabalhadores que o liam, mostrava assim esperar que suas reflexões fossem “um veículo” que pudessem trazê-los “para o lado de cá da barricada”, afastando-os das práticas recreativas às quais haviam se habituado.

Não era difícil entender os motivos da má vontade desses militantes com o associativismo recreativo. Além de desviar a atenção dos trabalhadores daquilo que eles achavam realmente importante, o associativismo recreativo adotava uma lógica paternalista de todo distante dos ideais de organização dos militantes operários – escolhendo, para a sua diretoria, de negociantes da região distantes do perfil social da maior parte de seus componentes. Do ponto de vista do comissário de polícia responsável por analisar em 1915 o pedido de licença de um desses clubes, objetivo desses grêmios com tal escolha seria o de “reunir em sua sede os indivíduos citados acobertados por uma Diretoria composta de membros que graciosamente prestam as suas assinaturas como Diretores sem a menor responsabilidade ou intervenção direta”.⁸ Desse modo, a escolha de figuras como estas para a diretoria de grêmios do gênero constituiria um simples artifício para ludibriar o controle policial, marcando uma estratégia de seus sócios para garantir seu funcionamento.

Para os próprios membros dessas associações, no entanto, a questão parecia mais complexa. Longe de configurar um sinal de alienação ou uma mera tentativa de enganar a força policial, sua postura podia ser compreendida através de episódios como aquele ocorrido em 1919 com a Sociedade Dançante Carnavalesca Iaiá Formosa, do Catumbi. Ao ter seu pedido de licença negado pela polícia pela suposição de que cobriam entradas em dias de baile, seus diretores remeteram ao Chefe de Polícia um pedido de reconsideração da decisão ao qual anexavam ao pedido um abaixo-assinado com 41 assinaturas de “negociantes, proprietários e funcionários públicos” residentes no bairro. Eles atestavam que “na dita sociedade nunca houve a menor desordem ou distúrbio” e que sua diretoria era “composta de pessoas dignas, chefes de família”. Frente ao testemunho de tão respeitáveis defensores, a licença acabou por ser concedida sem maiores discussões.⁹ Ainda que por caminhos diferentes daqueles forjados no mesmo período pelos trabalhadores europeus, os trabalhadores nacionais afirmavam com isso sua própria forma de luta, construída por dentro das redes do paternalismo.

⁸ *Arquivo Nacional* (Brasil), GIF1 6c 367.

⁹ *Arquivo Nacional* (Brasil), IJ6 692.

Para além da presença de negociantes em suas diretorias, outro fator que explicava a má vontade dos militantes com os clubes recreativos era a suposição de que eles estimulariam o surgimento de rixas e rivalidades entre a classe trabalhadora a partir de suas diferenças nacionais ou étnicas – o que de fato se notava com frequência através da intensa rivalidade criada entre clubes de uma mesma região. De fato, àquela altura, não eram apenas compostas por negros os clubes dedicados à dança na cidade. A partir da proliferação daquele modelo de associativismo dançante, começaram a surgir várias sociedades formadas por trabalhadores de outro perfil. Longe de apagar a marca negra de muitas dessas sociedades dançantes, tal diversificação ajudou a aprofundá-la – alimentando rivalidades e desacordos entre diferentes grupos. Foi o que aconteceu em 1902 em Bangu, quando os sócios de um clube chamado Flor da União atacaram com pedras a sede do Flor da Lira, clube rival. Chamado a prestar depoimento, o presidente do Flor da União reconhecia o ataque, mas afirmava ter ele sido uma “represália a insultos e conflitos havidos anteriormente”.¹⁰ Se os autos do processo e o noticiário da grande imprensa não deixavam claro quais seriam esses insultos ou mesmo os motivos da rivalidade, nas memórias de alguns moradores do bairro a origem do desacordo entre os dois parecia clara: enquanto o Flor da Lira era um clube lembrado pela grande presença de trabalhadores brancos, o Flor da União seria formado em sua maior parte por mulheres e homens negros.

Algo semelhante ocorreu, em 1914, no próprio bairro da Gamboa – em uma polêmica que envolveu os sócios dos Heróis Brasileiros, formado por pequenos comerciantes e empregados do comércio local, em sua maioria brancos, e o Retiro da América, um clube fundado em 1888 por trabalhadores negros do bairro. Em meio ao crescimento da rivalidade entre as duas associações vizinhas, alguns sócios do Retiro da América enviaram ao jornal *A Época* versos intitulados “Sentido Negrada”, em que explicitam suas diferenças com o rival. Denunciando ter recebido deles “um cachinho de banana”, referência abertamente racista à cor de seus componentes, respondiam aos “mondongos dos Heróis” (ou seja, aos seus desengonçados componentes) no mesmo tom. “Heróis, que avacalhação/ Brasileiros vocês não são”, afirmavam em versos, sugerindo o caráter enganoso do nome que a sociedade adversária se atribuía. “Coitados dos patrícios/ Acabam lá no hospício”, completavam os membros do Retiro da América, desqualificando o rival por associar sua cor à suposta origem portuguesa de seus

¹⁰ *Arquivo Nacional* (Brasil), 15ª Pretoria do Rio de Janeiro, CODES 7H 335, 1903.

componentes.¹¹ Casos como estes mostravam que aquelas associações dançantes e carnavalescas se convertiam, no período, em um meio de negociação e disputa entre os trabalhadores, que através delas afirmavam suas muitas diferenças.

Nem por isso, entretanto, esses clubes deixariam também de afirmar, em muitas ocasiões, uma solidariedade de classe expressa de maneira clara em momentos de confronto social – como sugeria, em 1908, o caso do Clube Carnavalesco Luz do Povo, fundado em 1904 na Cidade Nova por trabalhadores da Companhia de Gás. De modo claro, os diretores do clube faziam questão, em 1906, de se definir como uma sociedade operária: “sim, somos órgão dos trabalhadores, dos que vivem como nós outros do labor diário (...). Estamos prontos a amparar-lhe os interesses”.¹² Não é de se estranhar, por isso, que quando os trabalhadores da Companhia de Gás começaram em 1908 uma greve, escolheram como espaço de reunião os salões do Luz do Povo. Sem deixar dúvidas sobre o envolvimento do grêmio carnavalesco com o a paralisação, sua diretoria publicou um anúncio em alguns dos principais jornais da cidade no qual noticiava que, “sendo a maioria dos sócios deste club operários da Fábrica de Gás”, suspendia os bailes e passeatas festivas já agendados até o fim do movimento em virtude da greve.¹³ Em um momento de enfrentamento, dissipavam-se as fronteiras entre o lazer e a luta do ponto de vista dos sócios deste tipo de grêmio.

Para além de identidades de ofício, se afirmava ainda através destes clubes uma solidariedade operária mais ampla – que, no contexto da deterioração das condições de vida dos trabalhadores da cidade decorrente do substancial aumento dos custos com alimentação e habitação ao longo da década de 1910, resultou em uma articulação mais abrangente entre sócios de diferentes grêmios. Foi o que se notou em 1918 no bairro das Laranjeiras. Divididos entre a devoção ao Club dos Arrepiados e à União da Aliança, os moradores do local tinham em comum o fato de que fossem em sua maior parte operários da Fábrica de tecidos Aliança, situada no bairro – sofrendo, por isso, a pressão dos patrões para que não participassem de associações operárias. No contexto de greve e mobilização dos operários têxteis que se verificava naquele momento, no entanto, os diretores do primeiro desses clubes publicaram nos jornais um comunicado pago no qual afirmavam que, “em vista da época anormal que atravessa presentemente o elemento operário”, deixariam de

¹¹ “C.C. Retiro da America”, *A Época*, 20 de fevereiro de 1914.

¹² “Club Carnavalesco Luz do Povo”, *Gazeta de Noticias*, 12 de fevereiro de 1906.

¹³ “A greve na Companhia do Gás”, *O Paiz*, 12 de abril de 1908; “Os trabalhadores do gás”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1908; e “C.C. Luz do Povo”, *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1908.

realizar sua passeata carnavalesca naquele ano, sugerindo à sociedade rival que fizesse o mesmo.¹⁴ Ainda que a União da Aliança tenha recusado a proposta por já se encontrar em processo de preparação de seu desfile, ela evidenciava o sentido político da solidariedade que os ligava, de forte base social.

Ficava claro, em situações como essas, que era a defesa do interesse dos trabalhadores locais que unia diferentes grêmios – que, para além de seu sentido recreativo, se configuravam também como espaços cotidianos de luta por direitos. Por mais que tal perspectiva pudesse ficar obscurecida cotidianamente pela ligação desses trabalhadores com seus próprios clubes, ela se expressava de modo mais evidente em momentos de tensão ou em celebrações que envolviam o conjunto da classe – como mostravam em 1914 os membros do Recreio das Flores, da Cidade Nova. Se o clube já era palco frequente de reuniões operárias promovidas por alguns de seus sócios, naquele ano seus componentes trataram de explicitar ainda mais sua ligação com as causas de interesse dos trabalhadores, saindo às janelas de sua sede na rua do Livramento para saudar a passeata promovida pelos grêmios operários da cidade para celebrar o Primeiro de Maio. Com sua fachada solenemente enfeitada e embandeirada, os sócios do clube colocavam-se como parte da celebração, assumindo de forma inequívoca a identidade de trabalhadores.¹⁵ Por mais que fossem alvo da crítica de setores do movimento operário, mostravam com isso como as redes de solidariedade tecidas cotidianamente nesses clubes recreativos fomentavam, em certos momentos, articulações sociais mais amplas, que tinham por base valores, crenças e símbolos semelhantes àqueles que marcavam então as sociedades operárias.

Evidenciavam, com isso, a fragilidade das fronteiras que poderiam separar as sociedades voltadas para o lazer daquelas organizadas de modo explícito para defender os interesses dos operários, ou mesmo entre a busca de proteção em redes paternalistas e a reivindicação de direitos em movimento horizontal. Do ponto de vista dos trabalhadores negros e pardos que eram a maior parte dos componentes dessas sociedades, essas duas dimensões do associativismo pareciam articuladas em uma mesma experiência, que estava longe de se definir pela marca da alienação.

Os frutos da solidariedade forjada nos pequenos clubes recreativos não se encerravam, porém, nas tentativas pontuais de garantir o direito ao lazer ou as reivindicações comuns por melhores condições de vida dos trabalhadores

¹⁴ “Declaração da S.D.C. dos Arrepiados”, *Gazeta de Notícias*, 22 de dezembro de 1918.

¹⁵ *Revista da Semana*, 9 de maio de 1914.

que os compunham. Para além disso, tais clubes se transformaram também em um importante canal de participação política para esses trabalhadores. É o que sugeria, em 1913, a publicação no jornal *O Século* de uma nota paga na qual um de seus diretores conclamava diretamente “os sócios e admiradores desta sociedade o obséquio de sufragarem, nas próximas eleições para intendentess”, os nomes de certos candidatos tidos como aliados da causa operária.¹⁶ De forma direta, os membros desses clubes valiam-se dos laços de solidariedade tecidos entre seus membros para fomentar uma participação eleitoral efetiva, que sustentasse a eleição de candidatos ligados a seus interesses.

Sem constituir exceção, casos como estes eram frequentes a cada eleição, marcando um esforço de participação eleitoral desses trabalhadores que teve nos clubes recreativos um de seus apoios principais. É o que sugeria uma reunião realizada em janeiro de 1925 nos salões da Sociedade Dançante Carnavalesca Reinado de Siva, da Cidade Nova. Fundado em junho de 1919, o clube não tinha em princípio nenhum objetivo político, definindo em seus estatutos a intenção de “proporcionar aos seus associados um recreio honesto e agradável” através da organização de diversões como “saraus dançantes, bailes, quermesses, passeios e festas carnavalescas”. Apesar deste perfil, sua sede abrigou naquele ano um encontro que tinha por finalidade a criação do “Centro Político Independente dos Operários do Distrito Federal”. Segundo uma breve nota de seus organizadores reproduzida pelo *Jornal do Brasil*, tratava-se de uma associação que teria o declarado objetivo de apresentar “um candidato genuinamente operário para a renovação do Conselho Municipal” nas eleições que se aproximavam.¹⁷ Quando atentamos para os nomes dos componentes daquela reunião, no entanto, é fácil perceber que ela era composta por muitos dos sócios não só do próprio Reinado de Siva, mas também de muitas sociedades congêneres – como o próprio José da Rocha Soutello, que além de ter ocupado posições de relevo no movimento operário carioca dos anos anteriores era então presidente da sociedade dançante Recreio das Flores, e Eloy Anthero Dias, um trabalhador negro nascido em 1889 que se mudou aos 16 anos do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, e que ficaria mais conhecido como Mano Eloy – conhecido no mundo do carnaval pelos cargos que ocupou em sociedades dançantes como o Cachopas do Minho.

¹⁶ “Eleições municipais – 1º Distrito – S.D.C. Flor do Abacate”, *O Século*, 24 de outubro de 1913.

¹⁷ “Cousas da política”, *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1925.

Ao fazerem desses grêmios um meio de defesa coletiva de seus direitos, de seus interesses de classe ou de suas posturas políticas, os trabalhadores que os compunham mostravam que as redes de solidariedade tecidas através de seus centros de recreação, longe de aliená-los, se tornavam para eles espaços efetivos de organização social. Como fruto de um longo processo de aprendizado experimentado ao longo da República, articulavam as lógicas políticas que marcaram no século XIX a experiência dos trabalhadores escravizados a novas estratégias e posturas, de modo a lidar com os desafios que a eles se apresentavam. Apesar de todas as tentativas de tolher as possibilidades institucionais e políticas de acesso à cidadania dos trabalhadores cariocas ao longo da Primeira República, eles fizeram assim de seus clubes dançantes e carnavalescos um meio de constituir, em espaços compartilhados de experiência, meios efetivos de participação, que ajudaram a minar as bases de uma ordem republicana forjada para excluí-los. Conseguiram, com isso, dar forma a uma luta comum por direitos que extrapolava suas disputas carnavalescas habituais, fazendo com que fossem capazes de forjar redes de solidariedade mais amplas através das quais tentavam garantir seu espaço no cenário político e eleitoral da capital federal.

Associativismos negros ao sul do Sul no pós-abolição

Fernanda Oliveira

A contribuição que aqui se apresenta, aos moldes das demais, é oriunda da participação no Webinário Internacional Mundos do Trabalho. Logo, ainda que se trate de um texto que traz o dado da oralidade inerente à sua formulação inicial, também denota sobre articulações que se tornam possíveis *de ouvido*, ou seja, a partir da atenção conferida à fala de pesquisadoras e pesquisadores que há alguns anos têm se debruçado sobre a temática dos associativismos e dos mundos do trabalho. Ora no campo da historiografia, ora fora, mas sempre a ela vinculada. É sobre parte desses diálogos que enuncio algumas considerações na sequência, com ênfase nas conexões entre mundos do trabalho e o pós-abolição por meio de pesquisas sobre experiências negras do sul do Brasil e do norte do Uruguai na primeira metade do século XX.¹

Temos uma construção historiográfica bastante sólida no Brasil sobre os mundos do trabalho, e isso informou e informa outros campos, inclusive o campo de estudos do pós-abolição, do qual faço parte e de onde enunciam-se as questões aqui articuladas. A preparação dessa contribuição foi informada pela minha formação, a qual teve início na Universidade Federal de Pelotas, com a professora Beatriz Ana Loner, referência incontornável para os campos de estudos referidos. Nesse sentido, foi muito importante ouvir o professor Claudio Batalha, que me antecedeu, referenciar o trabalho da Beatriz, que foi lançado em livro no ano de 2001, oriundo da tese defendida em 1999.² Esta tese é fundamental para os estudos em relação à experiência da população negra no sul do Brasil enquanto classe trabalhadora.

As discussões historiográficas sobre a população negra apresentavam uma série de limitações interpretativas até, pelo menos, a década de 1980, inclusive no sentido de mostrar a existência dessa população. Esse foi um primeiro desafio enfrentado com a pesquisa que resultou na tese de doutoramento de

¹ Uma análise mais extensa está presente em Fernanda Oliveira da Silva, “As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)” (Tese de Doutorado em História, UFRGS, 2017).

² Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)* (Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001); “Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937” (Tese de Doutorado em Sociologia, UFRGS, 1999).



Beatriz Ana Loner, a qual contribui para qualificar diálogos dentro de um campo de estudos que também se renovava, a saber a *nova historiografia do trabalho*. Não por acaso, Loner foi uma historiadora que dialogou enormemente tanto com os mundos do trabalho, do qual ela foi uma das fundadoras do primeiro grupo de trabalho a nível regional, em 1999, quanto com o grupo de trabalho emancipações e pós-abolição, do qual ela também foi uma das fundadoras algumas décadas depois, em 2013.

Essa articulação de problemáticas de pesquisas está explicitada na questão que Beatriz nos apresenta no início do seu capítulo 5, intitulado “Associações negras”. Ao justificar por que aquela tese sobre a construção da classe nas cidades de Pelotas e de Rio Grande entre 1889 e 1930 tem um capítulo específico sobre associações negras, Beatriz demonstra a potência da organização negra na cidade de Pelotas. E é ainda no referido capítulo que ela engendra uma frase emblemática para nós historiadores e historiadoras: “os trabalhadores negros foram os operários por excelência dessa cidade”. A um só tempo, Beatriz começava a apresentar evidências empíricas calcadas nos pilares da agência, dos sujeitos e das experiências, sem deixar de lado a articulação com aquele que viria a ser entendido como um problema da liberdade, a saber, a precariedade estrutural da liberdade.³ Logo, foi por meio dos associativismos de classe, e mais especificamente ao direcionar o foco para o viés racial dessas experiências coletivas, que Beatriz enunciou um problema que fornece a base de problematização do campo de estudos do pós-abolição.

Tendo como ponto de partida as suas problematizações adentro a compreensão das complexidades do associativismo negro na cidade de Pelotas, por meio de minhas pesquisas. Mas o faço, e nesse ponto entendo que entra a questão geracional, dialogando enormemente com a produção que vem de fora da história, produzida dentro dos espaços de ativismo social negro. E aqui eu quero chamar atenção para uma escritora negra chamada Maria Helena Vargas da Silveira, dialogando com as pesquisas que realizei posteriormente à tese de doutorado.

Maria Helena Vargas da Silveira foi uma mulher negra, que nasceu em Pelotas em 1940, e deixou uma ampla produção literária.⁴ Nessa produção,

³ Henrique Espada Lima, “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”, *Topoi*, 6 (2005): 289-326; Sidney Chalhoub, “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social*, 19 (2010): 33-62.

⁴ Fernanda Oliveira, *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil* (Niterói: Eduff, 2020).

aos moldes de muitas outras mulheres negras, ela escreve aquilo que temos identificado, a partir da produção da Conceição Evaristo, como “escrevivências”. A autora apresenta relatos de vivências da população negra no Sul do Brasil e aqui quero dialogar especificamente com um texto dela, lançado em livro no ano de 1995, denominado *Negrada*.⁵ É um livro que se preocupa em registrar memórias e aponta para fontes relacionadas à coletividade negra no Sul do Brasil. Não é um escrito histórico, mas o que nos importa aqui é a forma como a autora chama atenção para chaves de leitura que articulam experiências coletivas, incluindo associativismos, liberdade, raça e racismo.

Assim, oferece não apenas indícios, mas também possibilidades interpretativas que configuram problemáticas as quais posteriormente foram incorporadas pelo grupo de estudos do pós-abolição, que é justamente pensar o que acontece com a população negra após o Treze de Maio. Tendo em vista que não se adotam leis de segregação racial, mas existem evidências explícitas de que a racialização se fez presente, como demonstra a produção da Maria Helena Vargas da Silveira, que ainda apresenta outros elementos que devem ser evidenciados. Primeiro, destaca-se que é uma mulher negra produzindo conhecimento [seria interessante ter o substantivo aqui: Produzindo livros? Conhecimento? Produção escrita, literária?] e, segundo, ela nos apresenta possibilidades de acesso às experiências da comunidade negra incluindo as mulheres negras. No início dos anos 2000 publica outro livro, intitulado *As filhas das lavadeiras*. Trata-se de um livro de relatos, não de ficção.⁶ Um livro de relatos com depoimentos de mulheres negras, filhas de lavadeiras, oriundas e cujas experiências são vivenciadas nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, com uma diversidade bastante expressiva.

A experiência da própria autora, Maria Helena Vargas da Silveira, nos possibilita ainda fazer uma imersão, no sentido de entender de onde sai essa mulher e ainda adentrar nesses meandros do associativismo negro, na cidade de Pelotas e região. Maria Helena é neta de Armando Vargas, o qual é bastante referenciado ao longo da sua escrita. Quem foi Armando Vargas? Armando Vargas foi um dos principais articulistas do jornal da imprensa negra pelotense, chamado *A Alvorada*. Circulou entre 1907 e 1965, com algumas interrupções, e até a atualidade é considerado o jornal negro de

⁵ Maria Helena Vargas da Silveira, *Negrada* (Porto Alegre: Editora Evangraf, 1995).

⁶ Maria Helena Vargas da Silveira, *As filhas das lavadeiras* (Porto Alegre: Editora Evangraf, 2002).

maior circulação das Américas. O avô de Maria Helena aparentemente teria vindo do Uruguai. Assim, começamos a observar essas redes de movimentação negra que Beatriz já havia começado a apontar nos termos de existência de uma rede de sociabilidade negra. Ao unir o que vem dessa historiografia, inaugurada pela Beatriz Ana Loner, com o que vem do ativismo da produção escrita, nessa questão literária, começamos a observar esses meandros, essas famílias, esses legados.

Além disso, Armando Vargas foi também um dos associados do clube cultural *Fica Ahi P'ra Ir Dizendo*, criado na cidade de Pelotas em 1921. Esse clube, e aí eu conecto com a exposição do professor Leonardo Pereira – justamente porque o *Fica Ahi* foi criado sob a forma de um cordão carnavalesco –, o que nos informa sobre as ações dessa experiência coletiva de trabalhadores. O *Fica Ahi* foi criado por trabalhadores aos moldes do *24 de Agosto*, na cidade de Jaguarão, em 1918, cidade limítrofe com o território do Uruguai, também com vínculo estreito com o carnaval, o qual manteve nos seus primeiros anos de existência um cordão de nome *União da Classe*. Esses clubes tinham entre os seus membros fundadores homens que trabalhavam fora dos espaços formais das fábricas. Na sua maior parte jornaleiros, ou seja, trabalhadores sem vínculo empregatício e que atuavam por jornadas. A partir da experiência coletiva dos clubes nos é permitido entender a forma como o lazer e a sociabilidade de forma mais ampla foi vivenciada por esses trabalhadores. De forma semelhante alcançamos as motivações e projetos políticos que foram tecidos desde a esfera do lazer, por vezes em conexão com os clubes negros da mesma região, visto que desenvolviam atividades em conjunto, uma experiência que se alastra para além do território nacional.

Vale ressaltar que no território uruguaio, em 1923, na cidade de Melo, localizada a pouco mais de 90 Km da fronteira com Brasil, foi fundado um clube negro que existe até hoje e é o mais antigo em atividade no país vizinho, denominado *Centro Uruguay*. Surge sob formato de um clube, com a experiência díspar daqueles do território rio-grandense, visto não se relacionar diretamente com carnaval. Mas estabelece relações com os clubes brasileiros e com a folia de momo no sentido de prestigiar as comparsas que são as organizações carnavalescas no território uruguaio.

Não obstante, alerta para um ponto que se vincula tanto às análises históricas desenvolvidas por Beatriz Loner, quanto às escritas de vivências legadas por Maria Helena Vargas da Silveira, entremeadas pelas pesquisas sobre o associativismo negro na região de fronteira Brasil-Uruguai. Ao investigar as fontes produzidas pelos sujeitos negros, tantas fontes privilegiadas por nós

historiadoras e historiadores, as atas, os estatutos, quanto aquelas produzidas dentro de um outro espaço, formado por uma outra lógica, que é a área da literatura, nos aproximamos das lógicas que entremeavam as pautas gestadas pelos sujeitos que fundaram e mantiveram os clubes negros ativos. Afinal, como já pontuara Flávio Gomes, investigar a experiência negra no pós-abolição nos impele a atentar não somente para a forma como a exclusão da cidadania se deu, mas também para como homens e mulheres negros e negras estavam construindo suas próprias pautas.⁷

Nesse sentido, aciono dois exemplos tendo em vista explicitar essas conexões. O *Centro Uruguay* foi fundado na cidade de Melo no ano de 1923 por homens negros. Mas, na ata de fundação há também nomes de mulheres. Analisando os nomes dessas mulheres nas fontes produzidas pelo próprio clube – documentos internos e eventualmente nos jornais da imprensa negra melense⁸ –, bem como de mulheres dos demais clubes negros localizados na região da fronteira, é possível compreender melhor quem eram as trabalhadoras mulheres negras, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930. No lado uruguaio, tratava-se sobretudo de mulheres lavadeiras e empregadas domésticas. A maior parte delas trabalhavam em ambientes rurais e isso inclusive fica muito explícito quando se observa o calendário de festas do clube que está completamente relacionado aos momentos de colheita e atividades ligadas às lides agropecuárias. Essas mulheres não eram moradoras do centro urbano da cidade de Melo, mas dos espaços rurais e não raras vezes tinham morada em Montevidéu, onde trabalhavam como empregadas domésticas.

Essa presença feminina negra, identificada como *damas de nuestra comunidad*, *mujeres da raza* ou *corrazaneas*, é observada tanto na manutenção do *Centro Uruguay*, presentes tanto na fundação quanto na manutenção, sendo as responsáveis pela campanha de arrecadação de verba e materiais para a construção da sede própria. A partir do espaço do clube essas mulheres vão se organizar para duas outras importantíssimas organizações. Por um lado, uma que já existia no âmbito das confrarias negras, mais especificamente a irmandade do Rosário, da qual faziam parte; por outro lado, na década de 1930, elas foram as responsáveis pela associação feminina que serviu de base

⁷ Flávio dos Santos Gomes, *Negros e política (1888-1937)* (Rio de Janeiro: Zahar, 2005).

⁸ Para uma análise específica da imprensa negra na região da fronteira ver Fernanda Oliveira da Silva, “Transgredindo as margens e forjando histórias: a imprensa negra na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição”, *Intellèctus*, 17 (2018): 73-94.

para o Partido Autóctono Negro. Um partido de cunho racial, criado no Uruguai em 1936. A complexidade que marca a experiência feminina negra nos espaços associativos alerta ainda para a questão da classe, nos permitindo evidenciar indícios de que esses clubes não se configuram enquanto espaços de elite nega, no sentido econômico.

No lado brasileiro, nesse mesmo período – décadas de 1920 e de 1930 – muitas empregadas domésticas também participam dos clubes. Mas elas não estão nas direções e tampouco nas fundações. Somente a partir da década de 1940, essas mulheres vão acessar a educação de forma mais consistente, tratava-se das *senhorinhas* filhas das *senhoras* que por sua vez eram associadas que desempenhavam a função de empregadas domésticas, cujas filhas formam-se professoras na década de 50. O que nos permite relacionar com a própria trajetória da já referida Maria Helena Vargas da Silveira, uma professora, neta de uma lavadeira, cujo avô era associado do *Fica Ahí*. Seus relatos, especialmente os registros de memórias, trazem muitos desses elementos e nos oferecem subsídios para melhor entender esse processo histórico.

Além disso, é possível acompanhar discussões que são completamente relacionadas à pauta política. No lado uruguaio, por exemplo, observa-se ao longo da década de 1930, 1940 e encerrando na década de 1950, uma retórica completamente relacionada à República, com a demanda por uma rua na cidade de Melo com o nome de Ansina, que se espalha por todo o país. Ansina foi nada mais nada menos do que o fiel escudeiro de Artigas, o grande prócer da independência do Uruguai. Voltando para o Brasil, na cidade de Pelotas, o clube *Fica Ahí*, na década de 1950, demanda uma escola na sua sede, algo que se efetiva por meio de uma parceria com a secretaria do Estado. E solicita que a escola se chamasse nada mais nada menos do que José do Patrocínio.⁹

Para finalizar, saliento tanto a relação em termos de um legado que vem inclusive da historiografia, não por acaso comecei referindo a produção da professora Beatriz Ana Loner, simultâneo a um legado que vem de escritas negras, pensando essa escrita na literatura e a escrita que vem, sobretudo, da imprensa negra que estava presente em Melo e em Pelotas, amplamente consultada em minhas pesquisas em virtude da estreita relação com os clubes, no sentido de pensar as pautas políticas e de quem eram esses sujeitos que

⁹ Importante abolicionista negro brasileiro, além de escritor e jornalista. Para saber mais, ver Ana Flávia Magalhães Pinto, *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2018).

estavam nos clubes. Esse é um caminho que começou a ser trilhado, mas que espero ter conseguido explicitar, reserva ainda muitos pormenores a serem perseguidos. Dessa forma, aliar as análises advindas dos mundos do trabalho com aquelas do pós-abolição, poderá nos permitir realizar outras perguntas às nossas fontes referentes ao associativismo, num caminho de leitura, por vezes a contrapelo, e de reflexão epistemológica que nos permita responder com maior densidade quem eram os trabalhadores e as trabalhadoras que davam vida ao associativismo negro.

“Quase da família”: a longa luta das empregadas domésticas pela cidadania

Lúcia Helena Oliveira Silva

Em espaços onde o longo processo de escravidão se deu, como no Brasil, é comum quando se pensa no trabalho doméstico associar as funções ao período de escravidão. Logo nos vêm à mente figuras de trabalhadoras domésticas servindo docemente senhoras e sinhazinhas brancas no interior das casas. A racialização do trabalho e, em especial, do trabalho doméstico, foi construída desde o período colonial e adentrou o período posterior à abolição. Nesse sentido, a permanência neste tipo de trabalho por parte de mulheres libertas e seus descendentes continuou pelo fato deste tipo de trabalho ser um dos espaços residuais onde podiam se encaixar devido à concorrência da mão de obra, sobretudo nas áreas urbanas. Os serviços domésticos envolviam o espaço íntimo das casas e um grande número de tarefas que aumentaram com o processo de aburguesamento das famílias mais abastadas. Havia necessidade de novos trabalhadores como governantas e mordomos, além de cozinheiras, arrumadeiras e costureiras, trabalhos que envolviam a manutenção das casas.

Sandra L. Graham observou que as novas funções de administração do lar, como mordomo e governanta, eram preferencialmente ocupadas por trabalhadores estrangeiros enquanto que as demais funções continuavam a ser ocupadas pelo mesmo grupo.¹ A pesquisadora observou que na cidade do Rio de Janeiro, no período de transição entre a segunda metade do século XIX e o início do XX, de um total de 31 mil pessoas, 71% da força de trabalho da cidade era de empregadas domésticas. Desta porcentagem 90% eram mulheres escravizadas. Já em 1906, as domésticas representavam 76% da população e eram majoritariamente negras. Sendo assim os dados da cidade do Rio de Janeiro indicam uma permanência das mulheres afrodescendentes neste tipo de trabalho, tendência que se seguiu em outras regiões do Brasil. Esta tendência se manteve segundo o levantamento de Margareth Bakos,² que analisou o Rio Grande do Sul no período de 1887-1889, e encontrou

¹ Sandra L. Graham, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992).

² Margareth M. Bakos, “Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)”, *Revista Brasileira de História*, 4 (1984): 94-104.



dados bem parecidos com os levantados para a cidade do Recife reunidos por Maciel Silva.³

Em comum estas pesquisas também indicaram que as primeiras regulamentações municipais sobre trabalho foram feitas para as domésticas. Observa-se ainda que mais do que regulamentar direitos e deveres, elas foram feitas prioritariamente para disciplinarizar e controlar o espaço e as trabalhadoras. Segundo Maciel Silva, ao verificar tais condições no final do século XIX seria difícil dizer que as trabalhadoras domésticas poderiam ser consideradas plenamente livres.⁴ Se considerarmos o serviço doméstico como trabalho nascente com a colonização, pode-se dizer que é uma das profissões mais antigas, com 468 anos de existência. Marcado pelas violências institucional, física e moral, ele foi em sua maior parte fruto do trabalho de escravizados e não considerado um trabalho de natureza lucrativa.

O reconhecimento desta atividade como não produtiva e não trabalho foi tão naturalizado que o trabalho doméstico foi a última profissão a ser regulamentada de forma completa no Brasil, pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Na realidade, antes disso, a Lei de 13 de setembro de 1830 disciplinou o contrato por escrito sobre prestação de serviço feito por brasileiros ou estrangeiros dentro ou fora do território do Brasil Imperial. Esta lei, porém, é pouco lembrada porque nesse período grande parte do trabalho era de natureza escrava. Em 1879 criou-se a lei de locação de serviços que enfatizava a necessidade de contratos de trabalho.

Desde 28 de setembro de 1871, quando da promulgação Lei do Ventre Livre, as crianças nascidas a partir daquela data eram consideradas livres entre outros artigos. De modo geral, estas crianças deveriam ter alguém que se responsabilizasse por elas e, em geral, os senhores das mães concordavam em ser responsáveis pelas crianças, tutelando-as. Eles deveriam zelar pela educação e cuidados destas crianças e podiam usar seus serviços quando eram maiores. Estudando os casos de tutela entre 1871 e 1895, Anna Alaniz observou que havia pouco interesse por parte das pessoas em tutelar as crianças que, sem autorização, não poderiam ficar com as mães escravizadas.⁵

³ Maciel H. Silva, *Pretas de hora: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)* (Recife: Edufpe; Salvador: Edufba, 2011a).

⁴ Maciel H. Silva, "Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)" (Tese de Doutorado em História Social, UFBA, 2011b): 42.

⁵ Anna G. G. Alaniz, *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895* (Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 1997).

Contudo, após o final da escravidão, muitas famílias abastadas passaram a recorrer à Justiça requerendo tutelas. Mais do que um interesse humanitário, esta ação revelava um expediente para conseguir a mão de obra dos pequenos. Esta suposição fica mais evidente quando se percebe que o interesse pela tutela recaía sobre meninas, em especial as que já executavam serviços domésticos. Muitas crianças filhas de ex-escravizados encontravam-se tuteladas com ex-senhores de suas mães. Ocorre que as tutelas não foram revogadas com a Lei Áurea, pois eram entendidas como vínculos entre pessoas livres.

Obter de volta o direito de tutela sobre seus filhos e parentes foi uma luta para muitos libertos. Da parte das famílias ricas, manter as crianças sob sua tutela era uma forma de manter as serviçais, pois, a pretexto de ensinar uma profissão e ter melhores condições financeiras que os responsáveis, muitas crianças ficaram retidas com os antigos senhores e não voltaram para os pais. Alaniz analisou diversos casos de batalhas judiciais em Campinas e Itu onde os pais e parentes libertos tentaram reverter as tutelas de seus filhos. Maria Papali observou situação semelhante nas cidades do Vale do Paraíba, assim como Gislaine Azevedo, que estudou contratos de tutela e soldadas.⁶ Ambas as pesquisadoras, tal como Alaniz, apontaram a ingerência de juízes nas tutelas em favor de famílias ricas. A ideia de manutenção de trabalhadoras domésticas gratuitas era uma permanência que se matinha na sociedade livre.

As crianças que viviam nas ruas também eram preocupação das autoridades e diversas instituições foram criadas para seu encaminhamento. Gislaine Azevedo argumenta que o assistencialismo foi uma forma de reeducar crianças e jovens que estavam naquela condição e de direcioná-las ao trabalho. Instituições privadas em sua maior parte buscavam retirar as crianças da rua e “readaptá-los ao trabalho”. Ela afirma que o uso da tutela das crianças que eram recolhidas nas instituições permitia que elas fossem trabalhar sob contrato de soldada, palavra que derivava da palavra soldo, como uma remuneração regular na moeda corrente.

De acordo com a nova legislação, a soldada seria utilizada quando os juízes de órfãos determinassem que menores fossem alugados para serviços domésticos. Tal situação permitiu um amplo uso dessa prática de contrato que passou a substituir o serviço dos escravizados nas residências pelo serviço dos chamados “menores abandonados”. O uso cada vez maior dos contratos

⁶ Maria A. C. R. Papali, “Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão”, *Estudos Ibero-Americanos*, 33 (2007); Gislaine Azevedo, “A tutela e o contrato de soldada”, *História Social*, 3 (1996).

de soldada também passou a ser uma forma de sobrevivência das populações pobres, já que Azevedo revela que muitos pais, por não terem condições materiais de sustentar os filhos, passaram a alugá-los a outras pessoas em troca de um soldo estipulado pelos juízes. Além disso, ela afirma que, embora houvesse pela lei o pagamento de um determinado valor aos pequenos trabalhadores, a lei trazia brechas que, por vezes, impediam o recebimento de dinheiro por parte das crianças.

Essas situações apresentadas mostram que as crianças pobres e pertencentes aos grupos desvalidos eram vistas como mão de obra disponível e a história de vida de uma destas crianças pode nos ajudar a entender melhor as experiências destas pequenas trabalhadoras. A história de Laudelina de Campos Melo (1904-1991) e sua entrada para o mundo do trabalho não difere muito destas trajetórias. Descendente de escravizados, trabalhou desde os 7 anos de idade em sua casa cuidando dos afazeres domésticos e dos irmãos e, com 16 para 17 anos, se tornou empregada doméstica. Laudelina era natural de Poços de Caldas, Minas Gerais. Trabalhou na família de Juscelino Kubitschek por anos e depois veio para o Estado de São Paulo trabalhar na casa de novos patrões sempre como doméstica.

Nina, como era carinhosamente conhecida, ficou algum tempo ali e depois foi embora. Em suas palavras ela explicou a motivação para a saída: “minha relação com eles era mais escravocrata mesmo. Eu era mais uma copeira”. Esta opinião sobre o tratamento recebido como empregadas domésticas era bastante comum por parte das trabalhadoras. Frequentemente os jornais traziam histórias sobre maus tratos e queixas dos patrões sobre o comportamento delas. Nesse sentido, os jornais da comunidade negra são muito ricos em denúncias sobre a exploração das empregadas, como em caso de suspeitas de roubo, quando faziam-nas ficarem nuas em frente às famílias ou sofrerem revistas diárias para que elas não levassem nada da casa onde trabalhavam.

Contudo, a questão dos maus tratos passou a ser mais verificada a partir da ideia de se formar um sindicato para defesa das empregadas, na qual Laudelina se apoiou. Estas experiências vivenciadas por ela pesaram bastante em sua vida e, em 1936, ela criou o sindicato das domésticas. Se, de um lado, as permanências na mentalidade dos patrões indicavam o grau de dificuldade enfrentado pelas trabalhadoras, acrescentando um alto grau de racismo denunciado pela Laudelina e pelos jornais da comunidade negra, as queixas que chegavam ao sindicato também mostravam o não conformismo da agora líder sindical e de outras companheiras que aderiram à sindicalização.

A iniciativa multiplicou-se e mobilizou outros grupos em São Paulo e demais estados. Também nas análises econômicas o trabalho doméstico padecia de reconhecimento e Cristina Bruschini revela que nas primeiras pesquisas brasileiras sobre trabalho e renda do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) o trabalho doméstico equivalia à categoria de “inatividade econômica”, ao lado de pessoas que não trabalhavam, como aposentados, pensionistas, doentes e inválidos, estudantes e aqueles que faziam serviço doméstico dentro da própria casa.⁷ Ou seja, o trabalho doméstico não era entendido como gerador de renda, embora fosse o sustentáculo de milhares de famílias de trabalhadoras. Além disso, ao não ser computado como ocupação, ele invisibilizava as trabalhadoras e, indiretamente, dificultava o acesso aos direitos trabalhistas. Laudelina foi uma das primeiras dirigentes do sindicato das domésticas no Brasil e o seu fórum e grau de ativismo valeram-lhe a alcunha de “terror das patroas”, apelido que ganhou de Jarbas Passarinho, ministro do trabalho nos anos 1960, durante a ditadura militar.

Mesmo sem ter acesso às discussões sobre o feminismo que surgiram nos anos 1960, Dona Nina representou a luta das trabalhadoras domésticas em um serviço pouquíssimo valorizado e se armou de qualidades entendidas como não femininas e que eram necessárias na vida das afrodescendentes pobres, a base da pirâmide social do país. Criado por ela, o sindicato das domésticas de Campinas foi recriado nos anos 1950 e representou um marco por trazer visibilidade e acesso de direitos para trabalhadoras. Nina participou também da Frente Negra,⁸ de partidos políticos e de ações para a alfabetização e mobilização política, sobretudo em favor de suas companheiras, majoritariamente negras. Em suas palavras, era claro para ela que a causa que ela defendia fazia parte de uma esfera maior que exigia mudanças estruturais. Elizabeth Pinto, que defendeu dissertação sobre a vida de Laudelina, considerava que ela estava à frente de seu tempo.⁹

E, para concluir esta comunicação, percebi a partir da história de Dona Nina que, para fazer a história das trabalhadoras domésticas, não posso me focar apenas nas mulheres adultas, mas tenho que voltar à infância delas, pois

⁷ Cristina Bruschini, “O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes”, *Estudos Feministas* (1994), 179-224.

⁸ Entidade associativa negra que se tornou posteriormente partido político criada em 1931 e dissolvida em 1937.

⁹ Elizabeth A. Pinto, “Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)” (Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1993).

praticamente todas já eram trabalhadoras desde pequenas. Através da história de Laudelina de Melo¹⁰ recuperamos a história de vida do trabalho na infância de várias pessoas como minhas avós, minha mãe e de muitas mulheres que foram empregadas domésticas. Estas histórias de vida narram histórias de maus tratos, completamente naturalizadas e cuja violência era entendida como uma forma de aprendizado pelos patrões e por suas famílias que, na falta de opção de uma forma de educação, levavam suas filhas para o trabalho.

Pensando nos diversos protagonismos neste processo de pesquisa da história do trabalho doméstico, a história de Laudelina e de outra lendária figura, a ativista Sojourner Thurst (1797-1883), que discursou em uma convenção sobre direitos das mulheres referindo-se a ela como uma ex-escravizada.¹¹ Cada uma dessas mulheres em seu contexto específico mostra que antes mesmo do movimento feminista e das discussões do campo teórico, elas representavam resistência e ativismo. Foram a fundamentação do que chamamos feminismo negro, que trata das questões das mulheres, mas também compartilham as questões das classes humildes e todas as questões que não foram contempladas no início pelas feministas brancas de classe média.

Este trabalho, desenvolvido pela diáspora negra na América, revela a manutenção da condição social na base da pirâmide por parte das mulheres negras. Certamente, o ativismo dessas mulheres não foi o único, mas ele é representativo por evidenciar experiências de luta contra o racismo, o sexismo em uma época em que o feminismo sequer existia. Essa atuação pode ser entendida como mulherismo ou uma experiência de luta daquelas trabalhadoras contra o racismo e o sexismo a partir do ativismo histórico, e que pode ser a base para discussões teóricas e dar vozes aos grupos historicamente silenciados e destituídos de cidadania para serem finalmente considerados como protagonistas na construção deste país.

¹⁰ Hildete Mello, “O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras” (Instituto de Pesquisas Aplicadas, 1998).

¹¹ Ela ficou conhecida por seu ativismo e intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, onde se discutiram os direitos da mulher. Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, por que seriam frágeis, intelectualmente débeis.

Trabalho e raça em Cuba: protagonismo negro na luta por igualdade racial. Santiago de Cuba, 1867-1908

Iacy Maia Mata

Quero começar agradecendo ao GT Mundos do Trabalho pelo convite para falar de um tema tão importante como “Experiências negras e lutas por direitos nos mundos do trabalho”. Quero dizer que é um prazer estar na mesma mesa com Robério Souza e Lúcia Helena Silva. Quero agradecer em especial a Fabiane Popinigris pela excelente gestão à frente do GT Mundos do Trabalho ao lado de Robério Souza como vice-coordenador. Eu vou falar um pouco sobre o protagonismo dos trabalhadores negros livres em Cuba, vou recuar um pouco no tempo em relação à exposição de Lúcia Helena e vou mudar também de espaço geográfico, pois vou falar sobre a história de Cuba, tema sobre o qual me debruço há algum tempo.

Recentemente, eu aprendi muito quando produzi, junto com Marcus Vinícius Freitas Rosa, um artigo sobre os significados da cor no Rio Grande do Sul e em Santiago de Cuba.¹ Neste artigo, buscamos decifrar o significado semântico das cores no período colonial e no período escravista nas duas regiões, e, graças ao trabalho de Marcus, eu comecei a buscar nos dicionários de língua espanhola os significados para negro e branco em Cuba. Aparece então uma coisa que já é um pouco óbvia, que é a associação do negro ao trabalho escravo. Eu pretendo falar um pouco sobre essa associação do trabalho escravo aos negros, sobre como isso molda as experiências dos trabalhadores negros livres e como isso também faz emergir das experiências desses trabalhadores livres negros reivindicações e lutas contra a escravidão e pela igualdade racial. E um tema que eu vou discutir é: como os negros protagonizaram em três momentos específicos da história de Cuba lutas que emergiram do mundo do trabalho e como reivindicações de igualdade racial emergiram dessas experiências.

O meu argumento é de que essas lutas, que muitas vezes aparecem como lutas raciais são oriundas do mundo do trabalho, como, por exemplo, a formação do Partido Independente de Cor em Cuba em 1908, que é um dos poucos partidos políticos organizados por linha racial nas Américas (junto a ele temos a Frente Negra Brasileira e o Partido Autóctone Negro do Uruguai) –

¹ Iacy M. Mata e Marcus V. F. Rosa, “Emancipação, significados da cor e hierarquias raciais: Santiago de Cuba Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)”, em *Raça, gênero e classe: trabalhadores(as) livres e escravizados(as) no Brasil*, Jonis Freire e Karoline Karula (org). (Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2020).



este partido, mesmo com formação e organização por linha racial, traz principalmente reivindicações do mundo do trabalho: direitos trabalhistas, direitos sociais e acesso à cidadania.

Eu vou discutir aqui esse protagonismo a partir de três experiências específicas: uma conspiração envolvendo escravizados e negros livres contra a escravidão e pela igualdade racial que ocorreu em Santiago de Cuba em 1867; a segunda experiência é a formação de clubes e associações negras após a Guerra de Dez Anos (1868-1878), organizados por artesãos, por trabalhadores que também discutiram a questão racial; e, por fim, a formação do Partido Independente de Cor, em 1908.

Começo falando sobre o significado, a definição do Dicionário de Língua Castelhana da Real Academia Espanhola para a palavra negro: negro é definido como “sumamente triste, melancólico; negro se toma também por infeliz, infausto e sumamente desgraçado. Se chama também [o etíope] por que tem essa cor”. O interessante é que essa definição vem acompanhada de uma explicação acerca de uma frase que era muito utilizada ainda no século XVIII, que era a resposta “não somos negros” usada por quem havia sido tratado mal ou com superioridade por alguém. Essa expressão, essa resposta “não somos negros” significava em Cuba “não somos escravos”.² Essa associação direta entre a palavra negro e escravizado constrangia, limitava as alternativas políticas, econômicas e sociais dos trabalhadores negros livres.

Em Cuba havia, como nas Américas, uma divisão racial do trabalho. Em Santiago de Cuba, por exemplo, a população de cor estava distribuída em determinadas ocupações. Na segunda metade do século XIX, dois terços da população de Santiago de Cuba era composta por negros, também chamados de “raça de cor”, que ali abarcava uma série de classificações raciais e baseadas na cor, como *trigueño*, *moreno*, pardo, mulato, termos muito utilizados no período. Esse grupo, em geral, se ocupava de cargos como pedreiro, carroceiro, cozinheiro, açougueiro, músico, trabalhador por jornal, confeitiro, sapateiro e costureira. Os brancos, em geral, ocupavam os postos

² *Diccionario de la lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*, comp. Real Academia Española (Madrid: en la imprenta de Francisco del Hierro, impresor de la Real Academia Española. El tomo tercero por la Viuda de Francisco del Hierro – Del tomo cuarto al sexto por los Herederos de Francisco del Hierro, 1726-1739), s.v. “negro”.

da burocracia estatal ou exercício de profissões liberais e também comércio e igreja.³

É impressionante como em Santiago de Cuba na segunda metade do século XIX não havia nenhuma pessoa considerada negra, parda ou mulata empregada nos setores de governo, educação e comércio. Não havia juízes, advogados, agrimensores, arquitetos, empregados do governo, da fazenda, marinha, polícia, correios, minas, ferrovias, eclesiásticos, escrivães, farmacêuticos, fiscais, tipógrafos, litógrafos, relojoeiros e retratistas. É interessante notar isso porque essa reivindicação de fim das discriminações raciais no mundo do trabalho vai mobilizar os ativistas negros até a primeira metade do século XX, inclusive está presente na formação do Partido Independente de Cor. A divisão também se dava no interior de cada gênero: as mulheres brancas, em geral, eram empregadas como enfermeiras, lavadeiras e camponesas, algumas eram dedicadas aos afazeres domésticos e à ocupação de costureira. As mulheres “de cor”,⁴ além das atividades que as brancas exerciam, ocupavam também a função de trabalhadoras por jornal e vendedoras nas ruas. Para os homens negros havia poucas alternativas: alguns eram arrendatários e desempenhavam também os ofícios de sapateiro, alfaiate e cozinheiro; a maioria esmagadora era barbeiro, açougueiro, carpinteiro, construtor e condutor de carruagem, vaqueiro, ferreiro; uma grande parte era trabalhador do campo. O trabalhador do campo podia ser o trabalhador por jornal, que se ocupava nos engenhos e nos cafezais, ou também os pequenos arrendatários.

O ex-escravizado Esteban Montejo, que forneceu informações ao autor cubano Miguel Barnet na primeira metade do século XX, informou que os curas e os advogados eram sagrados naquela época. “Se respeitavam muito pelo título. Até um bacharel era algo muito sério. Os negros não eram nada disso; padres, menos. Isso era mais para os brancos e descendentes de espanhol. Até para ser guarda-noturno tinha que ser espanhol”.⁵ Então, essa

³ A análise sobre a divisão racial do trabalho em Santiago de Cuba e os argumentos o Casino Popular e as conspirações lideradas por negros livres podem ser lidos em Iacy M. Mata, *Conspirações da “raça de cor”: escravidão, liberdade e tensões raciais (Santiago de Cuba, 1864-1881)* (Campinas: Editora da Unicamp, 2015), também publicado em Cuba: *Conspiraciones de la “raza de color”: esclavitud, libertad y tensiones raciales (Santiago de Cuba, 1864-1881)* (La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2019). Ver também Jacobo De la Pezuela, *Diccionario Geográfico, Estadístico, Histórico de la Isla de Cuba* (Madrid: Impr. del establecimiento de Mellado, 1863).

⁴ Aqui utilizo a nomenclatura da época disposta na documentação e usada pela bibliografia.

⁵ Miguel Barnet, *Biografía de un cimarrón* (Havana: Editorial Letras Cubanas, 2006), 80.

divisão racial do trabalho, que é estruturante da sociedade escravista de Santiago de Cuba, é um dos fomentadores das conspirações, tanto conspirações anticoloniais quanto conspirações antiescravistas.

Pesquisei a conspiração de 1867, que era ainda pouco estudada, para entender por que trabalhadores negros livres organizaram sublevações cujos objetivos eram acabar com a escravidão e promover a igualdade dos negros. Discuti como essa luta contra a escravidão estava diretamente associada às ocupações desenvolvidas pelos trabalhadores negros livres apontados como conspiradores. No inquérito instaurado para investigar a conspiração, foram ouvidos os acusados que não foram mortos durante a repressão e também algumas testemunhas. A maioria das testemunhas declarou que os acusados tinham boa conduta, que eram trabalhadores, respeitosos e que viviam não mais que para dedicação ao trabalho – e quais eram as ocupações? As mesmas que eu apresentei naquela divisão racial do trabalho em Santiago de Cuba: vendedores, ambulantes, serralheiros, carpinteiros, sapateiros e uma maioria classificada como de campo, cujas vidas eram marcadas pela instabilidade e precariedade social e jurídica.

O trabalho por jornal possibilitava alguma mobilidade física, mas essa mobilidade era limitada.⁶ Em Cuba, era obrigatória a apresentação de uma licença pelos trabalhadores livres "de cor", um documento que atestasse que eram livres – sem este documento não lhes era permitido circular entre os engenhos e os cafezais. Aqui a gente identifica também o que Henrique Espada, Beatriz Mamigonian e Sidney Chalhoub apontaram para o Brasil: a chamada precariedade da liberdade.⁷ No caso dos trabalhadores negros livres de Cuba há a precariedade jurídica: o trabalhador negro, mesmo sendo livre, caso não portasse a licença, podia ser enviado ao Depósito de Negros Fugidos da Cadeia Real acusados de vadiagem; alguns deles, segundo a pesquisadora cubana Olga Portuondo, foram inclusive escravizados ilegalmente.⁸ Então,

⁶ Era comum o emprego de trabalhadores por jornal, que ganhavam por dia trabalhado no engenhos e cafezais, em geral, em atividades de limpeza do terreno, colheita da cana, corte de madeira etc.

⁷ Henrique Espada Lima, "Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX", *Topoi*, 6 (2005): 289-325; Beatriz Magmigonian, *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017); Sidney Chalhoub, "Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império", em *Trabalhadores na cidade*, org. Elciene Azevedo; Jefferson Cano; Maria Clementina Pereira Cunha; Sidney Chalhoub (Campinas: Editora da UNICAMP, 2009), 23-62; e *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012).

⁸ Olga Portuondo Zúñiga, *Entre esclavos y libres de Cuba Colonial* (Santiago de Cuba: Oriente, 2003), 251.

essa condição de trabalhador negro livre também implicava numa experiência de constrangimentos em função da própria escravidão.

A organização dessa conspiração foi possível porque os trabalhadores negros livres desempenhavam atividades muito próximas aos escravos; nos engenhos, estavam envolvidos no corte de cana, limpeza do terreno, colheita do café e essa proximidade com os trabalhadores escravizados permitiu a construção de uma rede de solidariedade, que constituiu esse projeto de sublevação. O projeto dos líderes da conspiração era envolver os escravizados dos engenhos e dos cafezais: alguns escravizados inclusive foram presos; o principal motivador da revolta que não chegou a acontecer era exatamente a ideia de que a escravidão deveria acabar. E uma pergunta que eu me faço é: por que trabalhadores negros livres lutariam contra a escravidão? Para mim, isso está relacionado aos constrangimentos à liberdade que sofriam sob um regime escravista e essas redes de solidariedade que teciam no interior do mundo do trabalho.

A segunda experiência para a qual eu quero chamar atenção é o protagonismo desses trabalhadores livres abolicionistas, partícipes de um abolicionismo popular, um abolicionismo cotidiano, um abolicionismo que não está muito impresso nos jornais, mas que se constituiu a partir das redes que foram construídas ao longo do século XIX entre negros livres e escravizados. Isso explica por que vários trabalhadores negros livres participaram de revoltas e de conspirações em 1812, 1842-1843, 1864, 1867, cujo objetivo era também acabar com a escravidão e lutar contra o poder colonial.⁹

Um segundo importante momento na experiência de luta por direitos desses trabalhadores negros livres se deu no interior da luta anticolonial. Cuba foi colônia da Espanha até o final do século XIX, e, logo após a conspiração de 1867, em 1868, explodiu a primeira guerra de independência, que foi uma guerra longa, a chamada Guerra de Dez Anos (1868-1878).¹⁰ Essa guerra teve uma participação massiva dos trabalhadores livres negros, que, já na primeira hora, começaram a se alistar no Exército Libertador, que era

⁹ Sobre conspirações e revoltas em Cuba, ver Gloria García Rodríguez, *Conspiraciones y revueltas: la actividad política de los negros en Cuba, 1790-1845* (Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2003); Matthew D. Childs, *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006); Robert L. Paquette, *Sugar is made with blood: the Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba* (Middletown: Connecticut Wesleyan University Press, 1988).

¹⁰ Sobre o impacto das guerras anticoloniais na escravidão em Cuba, ver Rebecca Scott, *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899* (Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991).

multirracial.¹¹ O perfil desses trabalhadores livres negros que ingressaram no exército é muito parecido com aquele que eu descrevi para os participantes da conspiração de 1867: foram registradas as mesmas ocupações (sapateiro, carpinteiro, serradores de madeira etc.).

Uma das grandes lideranças que emergiu durante a grande guerra foi o negro livre Guillermo Moncada, que era um carpinteiro que se incorporou à insurreição logo no primeiro momento, logo na primeira hora, e se tornou general do Exército Libertador.¹² Nos arquivos cubanos, há vários inquéritos produzidos pela Comissão Militar já em 1868 contra trabalhadores negros livres que se inseriram na luta anticolonial. O que a gente percebe é que estava em curso um processo intenso de politização desses trabalhadores negros, que se envolviam em lutas mais gerais como a luta contra a escravidão e a luta contra o domínio colonial espanhol, e isso é muito importante, porque naquele momento, no interior da insurreição anticolonial, os trabalhadores negros conseguiram travar as suas próprias batalhas.

Por exemplo, Antonio Maceo, que foi um dos grandes líderes da insurreição, foi um abolicionista que escreveu que os escravizados eram demasiado frágeis para romper os grilhões da escravidão sozinhos e recorriam aos homens de cor que “tiveram a fortuna de não nascer na escravidão ou de haver [se] libertado dela” para pedir auxílio – era dever dos negros livres ajuda-los.¹³ É interessante notar que no interior da guerra anticolonial houve uma mudança no vocabulário político. Na conspiração de 1867, os conspiradores exortavam negros e escravizados a “sublevar-se contra os brancos” e “matar os brancos e proclamar a república”. Já em 1879, em meio às guerras anticoloniais, há um documento muito interessante assinado por trabalhadores negros que tinham migrado para a Jamaica em função da repressão espanhola, que denuncia uma série de restrições à população “de cor” em Cuba. O documento aponta as barreiras existentes no mundo do trabalho, informando que os negros não podiam aspirar a cargos públicos em Cuba; que ali não tinham

¹¹ Sobre a presença dos negros nas guerras de independência de Cuba, ver Aline Helg, *Lo que nos corresponde: la lucha de los negros y mulatos por la igualdad en Cuba, 1886-1912* (Havana: Ediciones Imagen Contemporánea, 2000), e Ada Ferrer, *Insurgent Cuba: Race, Nation and Revolution, 1868-1898* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999).

¹² Abelardo Padron Valdes, *Guillermo Moncada: vida y hazañas de un general* (La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1980).

¹³ Antonio Maceo, *Carta dirigida ao General Jose Lamothe por Antonio Maceo*. Arquivo Nacional de Cuba (ANC), Donativos y Remisiones, maço 95, documento 21, Porto Príncipe, 23 set. 1879.

direitos políticos, pois, em função da cor, estavam à margem, “fora da lei, sendo apenas máquinas de trabalho”.¹⁴

Antonio Maceo, também general negro do Exército Libertador, tinha muitos seguidores negros com o mesmo perfil ocupacional já descrito aqui: trabalhadores de ofício, trabalhadores do campo, jornalheiros etc. Maceo também assinou um documento contra as discriminações raciais em que afirmou que “a bandeira da independência de Cuba tem que abrigar a todos os homens de qualquer origem e raça; ali se luta pela igualdade do homem e pela emancipação da escravidão”.¹⁵

Estes dois documentos datam do final da década de 1870. Logo após o fim da Primeira Guerra (1878), Cuba viveu um processo de democratização e flexibilização em relação à lei de imprensa e ao direito de associação. Naquela época, muitos trabalhadores negros livres se organizaram em associações, clubes e *casinos* – foi quando surgiram vários jornais da imprensa negra.¹⁶

Um exemplo dessa organização em associações é o Casino Popular de Artesãos, formado por 168 indivíduos, todos negros, “gente laboriosa”. O Casino Popular de Artesãos, ao que parece, não era organizado por linha racial, mas a autoridade colonial espanhola solicitou ao Governador Civil da província o cancelamento da autorização concedida para o seu funcionamento, alegando que não considerava conveniente a sua continuação, pois “todos ou a maior parte dos indivíduos que compõem a dita Sociedade são de cor, e no Regulamento desta não há nenhum artigo que proíba as discussões políticas”.¹⁷ Nas reuniões dessas associações eram discutidos casos de discriminação racial e as barreiras impostas à população de cor. Não por acaso, 1/3 dos trabalhadores que compunham a Junta Diretiva deste Casino haviam desenvolvido alguma atividade política ligada à insurreição anticolonial.

¹⁴ AGI, Diversos 7, *Los negros y mulatos cubanos residentes en Jamaica, ante la América Independiente, con motivo del Bando del General Blanco, prohibiendo la entrada de los hombres de color en la isla de Cuba, procedentes de pueblos extranjeros*, Kingston, 26/10/1879, f. 511.

¹⁵ Antonio Maceo, *Antonio Maceo: ideología política, cartas y otros documentos*, vol. I: 1870-1894 (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1998), 111-112.

¹⁶ María Del Carmen Barcia, *Una sociedad en crisis: La Habana a finales del siglo XIX* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000) 2, 75, 80, 87, 96, 131.

¹⁷ AHPSC, GP, Sociedades Recreio, maço 2655, doc. 2, *Correspondência do Alcalde Corregidor de Guantánamo ao Governador Civil da Província em Casino Popular da Vila de Guantánamo de artesãos*, Guantánamo, 27 set. 1879.

Por fim, vou falar rapidamente sobre a última experiência, que é a formação do Partido Independente de Cor, em 1908.¹⁸ Após a independência de Cuba, conquistada em 1898, e já depois da ocupação estadunidense na ilha que terminou em 1902, negros que lutaram nas insurreições anticoloniais decidiram fundar um partido político identificado por linha racial – o PIC. O que eu quero chamar à atenção é que as pautas do Partido Independente de Cor são muito mais de reivindicação de direitos trabalhistas, evidenciando que muitas das lutas raciais emergiram de suas experiências compartilhadas nos mundos do trabalho. Rolando Rodríguez estima que este partido conseguiu atrair entre 10 e 20 mil seguidores e foi responsável pela publicação do jornal *Previsión* – neste jornal, que circulava amplamente, com tiragens de 9 mil exemplares, foram discutidos casos de discriminação racial.¹⁹

No programa do partido, constavam as seguintes reivindicações: ensino gratuito e obrigatório de 6 a 14 anos; escolas politécnicas para adultos; leis para regular o trabalho infantil; seguros contra acidentes de trabalho; estabelecimento de jornada de 8 horas; tribunal para mediar os conflitos entre trabalhadores e empregados, entrega de terras estatais para os que lutaram na guerra de independência. Aparece explicitamente a referência à raça quando afirmam que todos os cubanos deveriam participar ativamente da administração pública independente da raça e que os negros também deveriam ser designados para funções diplomáticas.²⁰ Apesar de ter sido formado por linha racial e reivindicar a identidade da raça “de cor”, os trabalhadores que atuaram no Partido Independente de Cor, assim como na conspiração de 1867 e no Casino Popular de Artesãos, associavam a luta pela igualdade racial a reivindicações do mundo do trabalho, mostrando que esses movimentos que reivindicavam a igualdade racial se estruturaram a partir das relações de trabalho.

¹⁸ María de los Ángeles e Meriño Fuentes, *Una vuelta necesaria a mayo de 1912* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006).

¹⁹ Rolando Rodríguez, *La conspiración de los iguales: La protesta de los independientes de color en 1912* (La Habana: Imagen Contemporánea, 2010), 126-127.

²⁰ Rodríguez, *La conspiración de los iguales*, 131-132.